

Intervenção Plenário de Abril

25 De Abril – Dia Nacional da Liberdade

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores Membros do Governo,

Nesta Sessão Plenária e neste período regimental especialmente destinado ao tratamento de assuntos de interesse político relevante, não poderia deixar passar em branco o mês de Abril pelo seu significado na nossa vida democrática.

Invocar determinadas datas, buscar memórias e reescrevê-las à luz das circunstâncias que o nosso olhar salienta, face ao que se passa ao nosso redor, é contribuir para que nos transformemos em fazedores de acção.

Com efeito, segundo José Gil no seu livro “Portugal, Hoje: o Medo de Existir”, “no tempo de Salazar nada acontecia por excelência [...], o que era a vida, nesse tempo? [...] uma sucessão de actos obscuros, com tanto mais valor quanto se faziam modestos, humildes e despercebidos...Onde inscrevê-los, se não havia espaço público e tempo colectivo visíveis; onde, senão na eternidade muda das almas, segundo a visão católica própria de

Salazar. [...] porque inscrever implica acção, afirmação, decisão com as quais o indivíduo conquista autonomia e sentido para a sua existência”.

O 25 de Abril devolveu-nos o espaço público. E mais do que um mero espaço de comunicação, segundo o mesmo autor, é um lugar de transformação anónima das matérias (objectos) individuais de expressão.

É na sequência dessa conquista que no plenário do passado mês de Março, se assinalaram os 50 anos da Assinatura dos Tratados de Roma.

Neste contexto, importa salientar – como se pode ler no livro “Cinco Regimes na Política Internacional”, de Medeiros Ferreira – que “o pedido de adesão da República Portuguesa às Comunidades Europeias, entregue em Bruxelas a 28 de Março de 1977, foi a decisão estratégica mais importante tomada até agora pelo regime democrático saído da Constituição de 1976 e só possível pelo fim do regime autoritário e colonialista”.

[...] “Será de novo com Mário Soares como Primeiro-ministro que se irão concluir as negociações e assinar o Tratado de Adesão, na manhã de 12 de Junho de 1985, nos Jerónimos, em Lisboa”.

Se o Abril da conquista da liberdade e da democracia foi o início de um novo caminho para o nosso país, em que um Estado de Direito democrático passa a vigorar em substituição de um regime ditatorial, onde a censura

impedia a livre expressão, a tortura fazia parte dos procedimentos policíacos e o obscurantismo o apanágio da política cultural;

Nada pode apagar ou branquear esta realidade histórica, mesmo um qualquer programa de entretenimento televisivo pretensiosamente auto-intitulado de histórico-cultural, como aquele que findou no dia 25 de Março passado, na RTP – aquela que é suposto prestar um serviço público e de qualidade!

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Comemoramos no próximo dia 25 de Abril a Revolução dos Cravos, aquela que nos permitiu o acesso a União Europeia, que nos possibilita estar aqui, hoje, nesta Assembleia Legislativa, órgão primeiro de uma Região dotada de uma ampla autonomia, nascida das legítimas aspirações dos Açorianos desde o finais do século XIX, também ela só possível depois do derrube do regime ditatorial do Estado Novo.

Nunca é demais referir que enquanto no nosso país se brincava aos concursos e se elegia um ditador como o maior português de sempre, nesse mesmo dia 25 de Março, comemoravam-se os 50 anos da assinatura dos Tratados de Roma, surgidos para evitar uma nova guerra, como aquela que tinha assolado a Europa, a segunda guerra mundial, que teve por de trás um

ditador fascista, causador de umas das maiores atrocidades infligidas a seres humanos, inconcebíveis numa Europa considerada civilizada e civilizadora.

A Declaração de Berlim, adoptada a 25 de Março de 2007, assinada pelos líderes europeus reunidos naquela cidade, reforça os valores comuns europeus cujo cerne centra-se na pessoa humana, na inviolabilidade da sua dignidade e na inalienabilidade dos seus direitos.

“Vivemos hoje uma comunhão que nunca antes se havia revelado possível, [...] Aspiramos à Paz e à Liberdade, à Democracia e ao primado do Direito, ao Respeito Mútuo e à Responsabilidade, ao Bem-Estar e à Segurança, à Tolerância e à Partilha, à Justiça e à Solidariedade”.

É por tudo isto que, hoje, subo a esta tribuna para evocar o 25 de Abril, “Dia Nacional da Liberdade”, o 17 de Abril, dia da Crise Académica de 69 da Universidade de Coimbra e o seu papel na luta contra o regime Salazarista e o 22 de Abril, dia da Comunidade Luso-Brasileira, data da chegada da esquadra de Pedro Alvarez Cabral à Terra de Sta Cruz. Faço-o em contra movimento às provocações de uma extrema-direita saudosista de regimes políticos antidemocráticos, xenófobos, racistas e obscurantistas, como as que recentemente têm vindo a público.

Subo a esta tribuna para, também, lembrar, reforçar e regozijar-me por este nosso Abril, pelo seu significado para o nosso país e para todos nós e por ter sido a chave da entrada na então CEE, hoje, União Europeia,

possibilitando-nos a integração nessa comunidade e o caminho já percorrido.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

A democracia que comemoramos neste mês de Abril é, como todos o sabem, um Sistema Político imperfeito, dinâmico e delicado. Necessita de transparência, participação e crítica.

Necessita de uma vigilância e cuidados do tipo que dispensamos às coisas que nos são preciosas, para que a espinha dorsal do sistema se mantenha, consolide e desenvolva, porque o certo é que nada, absolutamente nada, está definitivamente adquirido.

A defesa do nosso sistema democrático também está na intervenção ou na atenção dada às coisas simples do dia a dia, na denúncia dos seus infractores, na indignação dos seus atropelos, e ainda no desprezo pelos intriguistas que à força do maldizer minam tudo e todos criando redes de suspeição marginais que corroem a força motriz da essência do devir político.

A democracia nascida política e não económica só estará defendida se nos pautarmos pelos valores que a sustenta. Por isso os seus defensores têm que

ter consciência de que, se muitas vezes, o essencial está no acontecimento em si mesmo, muitas outras, e, infelizmente num número cada vez maior de situações, está no significado que lhe é atribuído, nas distorções que lhe são introduzidas e no desvio para o acessório, o marginal, numa trama sem fim.

Veja-se o sistemático ataque às instituições democráticas e aos seus intervenientes, muitas das vezes cientificamente misturadas com a legítima crítica e fiscalização dessas mesmas instituições.

A defesa da democracia e dos seus valores não diz respeito somente às suas perdas reais mas também às perdas simbólicas e crenças previamente sustentadas.

A desumanização, a degradação e a violência estão hoje cada vez mais a coabitar com os verdadeiros valores democráticos e pior ainda, em alguns casos são justificadas e utilizadas como instrumentos de recuperação dos referidos valores. Veja-se o que se passa nos teatros de guerra actuais, onde o Iraque se inclui.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Abril fez-se para que as nossas primaveras pudessem ser uma manifestação simbiótica entre a natureza irrompendo em vida multicolor, após um

Inverno silencioso, frio e cinzento e a natureza humana renascida em tónus ideológico no que respeita as suas crenças, honra e dignidade, sustentadas num regime democrático.

Só assim, e tal como o indivíduo que se estrutura ideologicamente é o que se encontra melhor defendido das ameaças inerentes a própria condição de se viver, a nossa democracia estrutura-se e se desenvolve na ultrapassagem das suas limitações através da consolidação ideológica dos seus valores.

Extrapolando os dizeres da Declaração de Berlim de 25 de Março deste ano, só em conjunto poderemos preservar para o futuro o nosso ideal europeu de sociedade a bem de todas as cidadãs e cidadãos da UE, onde se conjugam sucesso económico e responsabilidade social, só em conjunto, ou seja, com a força da coesão, de grupo, de corpo ideologicamente democrático podemos preservar Abril como o Dia Nacional da Liberdade.

Liberdade que não se coaduna com uma qualquer promoção do velho ditador do Estado Novo, nem com o incitamento à xenofobia e ao racismo, pelo contrário, Liberdade resgatadora do obscurantismo e criadora de pessoas livres, conscientes, responsáveis e solidárias – verdadeira e única força motriz de uma sociedade Livre, Plural, Democrática e Solidária.

Disse!

Sala das Sessões, 19 de Abril de 2007

Deputada Regional: Fernanda Mendes